

Avaliação externa do Projeto Floresta Viva (Amazonas / Brasil)

OFFRE

Guillaume ERNST – consultant

8/10/2007

A. Parte técnica

I. Compreensão do Termo de Referência e hipóteses de trabalho

O Projeto de “Promoção do manejo sustentável das florestas do Estado do Amazonas com enfoque na produção e comercialização de madeira oriunda de manejo florestal comunitário e individual de pequena escala” (Projeto Floresta Viva) tem como objetivo de reforçar a capacidade técnica e de organização das comunidades tradicionais e dos extratores de pequena escala na cadeia de exploração da madeira no Estado do Amazonas, melhorar a comercialização da madeira obtida pelas atividades de exploração sustentável e reforçar a capacidade de monitoramento e de fiscalização do poder pública sobre o setor.

O desenho desse projeto se insere de um lado dentro de uma dinâmica de vários anos voltada para propor modelos alternativos às atividades econômicas predatórias existentes na Amazônia, se apoiando sobre o reforço das capacidades de produção e de organização das comunidades locais e dos pequenos produtores de madeira. Vários projetos e propostas realizarão, nos 10 últimos anos diagnósticos das dinâmicas econômicas e sócias explicando o quadro de exploração não sustentável dos recursos naturais na Amazônia brasileira, identificarão e implementarão novas propostas de apoio a difusão de modelos de exploração sustentável com as comunidades e os pequenos produtores.

O projeto Floresta Viva foi estruturado numa parceria entre o governo do Estado do Amazonas, particularmente a Secretaria de Meio Ambiente e o GRET. De fato, o fortalecimento da exploração sustentável das florestas com as comunidades necessita um compromisso das políticas públicas para esse objetivo. Assim, o forte envolvimento do poder público deve ser considerado como uma necessidade para atingir os objetivos do projeto. Da mesma forma, o monitoramento e a fiscalização das atividades de exploração florestal, papel do poder público, e a maneira como ele está organizado terá um forte impacto sobre de um lado a viabilidade das atividades econômicas desenvolvidas pelas comunidades (muitas vezes, o modo de fiscalização escolhido no Brasil, o “marco regulatório”, penaliza os pequenos empreendimentos e os obriga a ficar na informalidade ou a desaparecer). Assim, o desenho do projeto permite de organizar um diálogo operacional entre:

- as políticas de incentivo a exploração de pequeno porte sustentável, se apoiando sobre um manejo florestal adaptado para os pequenos produtores:

- as políticas de monitoramento e fiscalização das atividades no setor florestal

Esse último aspecto representa também uma necessidade para viabilizar o manejo florestal de pequena escala.

Um dos elementos sublinhado nos estudos e diagnósticos realizados relativo ao impacto das políticas públicas e suas implementações é relativo a situação fundiária. Ela é considerada como um critério básico para aprovação dos planos de manejo, mas, do outro lado, esse condicionante depende também das políticas públicas para favorecer uma regularização fundiária em grande escala, pelo menos para as áreas pequenas e médias.

A nova lei federal de 2006 sobre a gestão das florestas públicas representa um outro elemento estruturante para o futuro das atividades florestais e sua sustentabilidade. Essa lei tem um forte impacto tanto sobre o modo de gestão das florestas públicas federais como das florestas públicas estaduais. A titulação das terras públicas (terras devolutas) representa uma etapa preliminar para permitir a efetiva implementação dessa lei, a nível federal como a nível estadual.

O projeto Floresta Viva tem também um importante componente em relação à promoção da comercialização dos produtos madeireiros. De novo, esse aspecto representa um elemento fundamental para a viabilidade econômica dos pequenos empreendimentos. O manejo florestal sustentável necessita para cobrir os custos correspondentes uma boa valorização dos produtos de extração. Sem um reforço da capacidade de organização e de negociação relativo aos circuitos de venda e dos preços de venda, os esforços realizados para capacitar os produtores na implementação de uma exploração sustentável dos produtos florestais poderá ser em vão. O apoio do poder público, em particular sob a forma de um quadro regulatório adequado representa de novo um elemento fundamental para o sucesso desse componente e do objetivo global do projeto.

Uma clara orientação do projeto Floresta Viva é de ter como público alvo e beneficiários certas categorias de atores definidos, no conjunto dos atores que tem uma atividades voltada para a exploração da floresta: as comunidades e os extratores tradicionais. Essa escolha pode ser justificada pelo impacto sobre o nível de vida das populações mais pobres da região e que também representa uma parte expressiva da população trabalhando com os produtos da floresta. No entanto, as empresas de médio e grande porte tem um impacto expressivo sobre a sustentabilidade das atividades florestais e da floresta, e podem ter um nível de interação elevado com os atores contemplado pelo projeto Floresta Viva.

De um ponto de vista mais global, é necessário considerar um nível de interação elevado entre varias dinâmicas econômicas e sociais e vários eixos de políticas publicas. Nesse sentido, é importante determinar, em relação ao objetivo de difusão do modelo de exploração sustentável dos produtos da floresta, qual é o conjunto de setores, atores e políticas públicas que explica a atual dinâmica não sustentável das atividades econômicas existentes. Esse mapeamento pode servir para definir o espaço institucional mínimo que tem que ser contemplado para otimizar as atividades voltadas para uma implementação duradoura do manejo florestal sustentável. Relativo a essa orientação, podemos citar a política de assentamentos do INCRA, a criação de novas unidades de conservação, os projetos de infra-estruturas (como a re-pavimentação da BR319), as políticas de financiamento das atividades produtivas na região de floresta (em particular Banco da Amazonia, Banco do Brasil).

Assim, podemos explicitar os principais elementos que permitirão de realizar uma avaliação dos resultados obtidos pela implementação do projeto Floresta Viva:

1. Avaliação dos resultados nas regiões consideradas como pilotas

- Capacidade das comunidades e dos extratores individuos a implementar as técnicas de manejo sustentável
- Evolução da organização das comunidades e dos extratores tradicionais
- Dificuldades encontradas e maneira como o projeto favoreceu suas resoluções ou pelo menos seu suavizamento
- Os desafios que ainda tem que ser resolvidos e as orientações previstas para esse fim

As atividades implementadas serão analisadas tomando em consideração :

- o conjunto de ações desenvolvidas nesse setor e nessa direção (manejo florestal sustentável com as comunidades) e os resultados já obtidos,
- as principais instituições públicas e privadas que tem um papel relevante nesse setor e a maneira como o projeto organizou o seu relacionamento com essas instituições
- as dificuldades encontradas e os meios encontrados para minimiza-las

Os resultados alcançados assim como os produtos do projeto serão comparados com os resultados esperados, integrando as reorientações propostas durante a implementação em acordo com os representantes da Comissão Européia. A análise proposta terá como objetivo

de entender as diferenças entre o realizado e o esperado e verificar como essa diferença esta afetando o objetivo global do projeto.

- 2. Avaliação da capacidade de difusão das técnicas de manejo sustentável fora dos grupos diretamente envolvidos no apoio do projeto: os métodos utilizados e os resultados obtidos**
- 3. Levantamento das principais conclusões e recomendações dos diagnósticos dos empecilhos relativo ao marco regulatório produzido pelo projeto e resultado das atividades tendo como objetivo de favorecer uma evolução positiva tanto das políticas como da capacidade de implementação da administração para superar esses obstáculos legais e administrativos.**

Em função desse quadro, será discutido e proposto quais tipos de novas orientações para a fase final do projeto poderiam melhorar o seu impacto em relação ao objetivo de projeto de favorecer a exploração sustentável da floresta e dos seus produtos promovendo o nível de vida das comunidades e dos extratores tradicionais, focando em particular a maneira como projeto consegue influir a definição das políticas publicas e suas implementações, em função das relações de parceria e e trabalho estabelecido com as instituições publicas e outras entidades consideradas como chaves.

O impacto da situação fundiária e da política existente sobre a possibilidade de regularização fundiária será avaliada com uma atenção particular se seu impacto sobre os resultados do projeto é confirmado. Será de um lado analisado quais foram as medidas possíveis tomadas dentro do projeto e do outro a eventual necessidade de prever um conjunto de atividades mais amplo para responder aos desafios relativo a esse aspecto (orientação para uma segunda fase). As diferentes situações fundiárias (florestas públicas, sob forma de unidade de conservação ou não, assentamentos, ...) serão analisadas sob o ângulo do objetivo de sustentabilidade da atividade florestal. A inserção da lei de gestão das florestas públicas no conjunto das políticas públicas disponíveis para o manejo sustentável das florestas será também analisado.

Será avaliado em que medida a inclusão das outras categorias de atores, em particular a empresas de médio e grande porte, permitiria, no caso de um novo projeto, de reforçar e confortar os resultados atingidos, em função tanto do impacto da atividades desses atores como da interação existindo com as comunidades e os extratores tradicionais.

As propostas para uma nova fase do projeto incluirão :

- uma reflexão sobre as regiões consideradas como estratégicas para otimizar o impacto das atividades sobre a difusão do manejo florestal sustentável no Estado do Amazonas. Serão analisadas com uma atenção particular as regiões de impacto das infra-estruturas de transporte, em particular a BR 319 Manaus Porto Velho no sul do Estado que representa o maior índice de desmatamento do Estado, mas também a região de fronteira com o Acre.

- um mapeamento das políticas e das instituições que tem uma influencia direta e indireta sobre as atividades econômicas nas florestas. Devera ser incluído nessa análise o papel do financiamento publico das atividades produtivas nas florestas (em particular do Banco da Amazonia e do Banco do Brasil), a politica de assentamentos do INCRA, os projetos de criação de unidade de conservação tanto a nível federal como a nivel estadual. Será avaliada o interesse e a factibilidade de propor um grupo de trabalho de constituição mista (governo, representantes da sociedade civil) propondo o conjunto de políticas publicas necessárias para a promoção efetiva das atividades economicas sustentaveis nas florestas.

II. Proposta de organização do trabalho

O trabalho de avaliação será baseado sobre :

1. Uma base documentar :

- os documentos internos do projeto e material produzido pelo projeto

- a bibliografia externa utilizada pelo projeto

- um complemento de bibliografia sobre os principais temas do projeto não incluído na bibliografia de referencia do projeto

2. Reuniões e entrevistas com os principais parceiros do projeto e representantes dos beneficiários diretos do projeto, assim como com instituições que não tem um relacionamento direto com o projeto mas são considerados como importantes relativo aos temas e objetivos do projeto

3. Visitas das comunidades e dos grupos de produtores diretamente apoiados pelo projeto : em função do tempo de deslocamento necessário de uma região do projeto para a outra, será verificada a possibilidade de visitar as três regiões de atuação do projeto, com o objetivo de poder visitar cada região durante 3 dias (incluindo uma reunião de apresentação das atividades desenvolvidas e dos resultados atingidos, visitas de 3 a 5 locais de atuação do projeto na região e uma reunião para expor aos participantes do projeto as primeiras apreciações

III. Calendário de trabalho

A missão representa um trabalho de 22 dias, incluindo 14 dias no Estado do Amazonas, 2 dias em Brasília e 6 dias de redação. Não esta incluindo nesse cronograma o tempo de viagem de Manaus para as regiões do projeto, avaliado entre 1 e 2 dias. Será discutido antes do inicio da missão junto com os responsáveis do projeto a factibilidade de visitar as três regiões do projeto

O calendário do trabalho será organizado da maneira seguinte :

Dia 1: reunião em Brasília com os representantes da delegação da Comissão Européia / chegada em Manaus / Reunião com o chefe do projeto : os objetivos da missão , a organização das reuniões e dos deslocamentos

Dia 2 : Manaus : manha : reuniões com o chefe de projeto e outros membros da equipe do projeto / tarde : reuniões com as principais instituições governamentais parceiras (SDS, ADS, IPAAM, IDAM, ITEAM, representação do IBAMA e do INCRA)

Dia 3 : Manaus : manha : reuniões com as principais instituições governamentais parceiras (SDS, ADS, IPAAM, IDAM, ITEAM, representação do IBAMA e do INCRA) / tarde : primeira reunião de apreciação da missão de avaliação junto com os responsáveis do projeto e orientações para as próximas etapas da avaliação.

Dia 4 : Região nº1 : reunião de apresentação da missão de avaliação e de apresentação das atividades do projeto na região (participantes dessa reunião : a equipe do projeto e representantes das comunidades e dos produtores apoiado pelo projeto)

Dia 5 : Região nº1 : visita nos locais de realização dos planos de manejo

Dia 6 : Região nº1 manha : visita nos locais de realização dos planos de manejo / tarde : reunião sobre as primeiras apreciações da missão com a equipe do projeto e representantes

dos beneficiários / propostas de orientação para os trabalhos da missão com os responsáveis do projeto

Dia 7 : Região nº2 : reunião de apresentação da missão de avaliação e de apresentação das atividades do projeto na região (participantes dessa reunião : a equipe do projeto e representantes das comunidades e dos produtores apoiado pelo projeto)

Dia 8 : Região nº2 : : visita nos locais de realização dos planos de manejo

Dia 9 : Região nº2 : manha : visita nos locais de realização dos planos de manejo / tarde : reunião sobre as primeiras apreciações da missão com a equipe do projeto e representantes dos beneficiários / propostas de orientação para os trabalhos da missão com os responsáveis do projeto

Dia 10 : Região nº3 : reunião de apresentação da missão de avaliação e de apresentação das atividades do projeto na região (participantes dessa reunião : a equipe do projeto e representantes das comunidades e dos produtores apoiado pelo projeto)

Dia 11 : Região nº3 : : visita nos locais de realização dos planos de manejo

Dia 12 : Região nº3 : : visita nos locais de realização dos planos de manejo

Dia 13 : Manaus : manha : reunião com os responsáveis do projeto / tarde : reunião de síntese da missão de avaliação com representantes das instituições parceiras do projeto e se for possível de representantes dos beneficiários

Dia 14 : Manaus : reunião com os responsáveis do projeto de encaminhamento para a redação do relatório de avaliação com os responsáveis do projeto

Dia 15 : Brasília : reuniões com as instituições federais (IBAMA, INCRA)

Dia 16 : Brasília : reuniões com as instituições federais e com os representantes da delegação da Comissão Européia

Dia 17 ao dia 22 : redação e transmissão para os responsáveis do relatório provisório de avaliação do projeto.

Transmissão do relatório final 4 dias depois do recebimento das observações sobre o relatório provisório.

Avaliação externa do Projeto Floresta Viva (Amazonas / Brasil)

B. Parte financeira

Devis Mission Brésil Mission d'évaluation du projet Floresta Viva (Etat d'Amazonas)

Durée d'exécution : 1,5 mois
Client : GRET
Financement : GRET
Monnaies : Euros
Date : 7/10/2007

BRESIL

	Unité	Prix unitaire	Quantité	Total
Guillaume ERNST	Euros/jour ouvré	450	22	9.900

Sous total honoraires **9.900**

Frais de déplacement au Brésil	Unité	Prix unitaire	Quantité	Total
Déplacement Brasilia	Euros/jour	20	3	60
Déplacement Manaus	Euros/jour	20	5	100
Autres déplacements (régions du projet)	Euros/jour	Pour mémoire		
		Sous total		160

Per diem Brésil	Unité	Prix unitaire	Quantité	Total
Guillaume ERNST	Euros/jour	70	14	980
		Sous total		980

Frais de communication internationales France/Brésil	Unité	Prix unitaire	Quantité	Total
Téléphone, fax	forfait	100	1	100

Autres frais	Unité	Prix unitaire	Quantité	Total
Frais édition et reproduction de documents		150	1	150
Frais de traduction de documents en français et/ou en portugais		300	1	300

Sous total **450**

Sous total frais forfaitaires **1.690**

Déplacement : billet d'avion	Unité	Prix unitaire	Quantité	Total
------------------------------	-------	---------------	----------	-------

Frais de déplacement au Brésil : Brasilia / Manaus	billet classe eco	500	1	500
Frais de déplacement au Brésil : Manaus / regions du projet				Pour mémoire

Autre frais	Unité	Prix unitaire	Quantité	Total
Frais aéroport, taxi arrivée départ Brasilia, Manaus	sur justificatif	20	4	80

Sous total frais sur justificatif **580**

Total **12.170 Euros**

Observation : ne sont pas inclus dans ce devis les frais de transport de Manaus vers les regions du projet
Il est proposé que ces coûts soient directement pris em charge par le projet.
Si cette proposition n'était pas envisageable, il serait nécessaire d'ajouter au budget un montant de
800 euros pour couvrir les frais de transport de Manaus vers les régions du projets et retour à Manaus.